
Comissão de Reforma do CPP discute terceira versão de anteprojeto

A Comissão de Reforma do Código de Processo Penal se reúne, na próxima segunda e terça-feira (16 e 17/3), para discutir a terceira versão do projeto que sugere mudanças ao CPP. O anteprojeto deve ser entregue no fim deste mês, quando segue para consulta pública e depois para avaliação parlamentar.

Ainda estão em discussão temas como as regras de competência no processo penal, a concretização do princípio do juiz natural e a mudança da regra de competência territorial.

Na última reunião, feita em fevereiro, os nove membros voltaram a discutir a criação de um juiz de garantias, que atuaria só na fase de investigação. A intenção é que o juiz de sentença se afaste da fase investigatória para não influenciar em sua decisão. De acordo com a proposta, cada comarca teria um juiz responsável pela investigação e outro pelo julgamento – este é quem determinará a sentença a ser aplicada ao réu.

Esta questão ainda divide as opiniões. O integrante da comissão Antônio Magalhães Gomes Filho acredita que se aceita essa determinação, a atuação de pequenas comarcas poderá ser dificultada pois nem todas possuem mais de um juiz. A proposta do professor é que o texto do novo Código apenas impeça que o juiz que efetivamente atuou na fase investigativa participe de todo o processo penal. As discussões continuam na próxima semana. A comissão iniciou a partir de uma sugestão do Senado federal e vem fazendo debates desde julho de 2008. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ e da Agência Senado

Date Created

13/03/2009